

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01																																																								
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																																																								
(b) Reconhecimento e mensuração <p>Após o reconhecimento inicial, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.</p>	<p>O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, o controle é transferido e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.</p>																																																							
(c) Desreconhecimento de passivos financeiros <p>Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.</p>	(a) Venda de produtos <p>O reconhecimento da receita de vendas nos mercados interno e externo, que substancialmente referem-se à venda de alumínio primário, alumina e energia, baseia-se nos princípios a seguir:</p> <p>(i) Mercado interno: as vendas são feitas à vista ou a prazo, com prazo médio de recebimento de 30 dias.</p> <p>(ii) Mercado externo: normalmente são vendas feitas a empresas ligadas localizadas no exterior, seguindo prazo médio de recebimento de 30 dias.</p> <p>O registro da receita ocorre desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Substancialmente, essas características são atendidas por ocasião do integral cumprimento das obrigações de desempenho e transferência de controle.</p>																																																							
2.7 Contas a receber de clientes <p>As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.</p> <p>As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos.</p>	(b) Receita financeira <p>A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (<i>impairment</i>) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.</p>																																																							
2.8 Estoques <p>Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de avaliação dos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.</p>	2.18 Arrendamentos <p>Para adoção do CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", a Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram de acordo com cada prazo e natureza de cada contrato por possuírem taxas de captação distintas.</p>																																																							
2.9 Ativos intangíveis <p>(a) Softwares</p> <p>As licenças de <i>software</i> adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os <i>softwares</i> e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a dez anos.</p> <p>Os custos associados à manutenção de <i>softwares</i> são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de <i>software</i> identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:</p> <ul style="list-style-type: none">• É tecnicamente viável concluir o <i>software</i> para que ele esteja disponível para uso.• A administração pretende concluir o <i>software</i> e usá-lo ou vendê-lo.• O <i>software</i> pode ser vendido ou usado.• Pode-se demonstrar que é provável que o <i>software</i> gerará benefícios econômicos futuros.• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o <i>software</i>.• O gasto atribuído ao <i>software</i> durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. <p>Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de <i>software</i>, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de <i>softwares</i> e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do <i>software</i>.</p> <p>Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.</p> <p>Os custos de desenvolvimento de <i>softwares</i> reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.</p>	2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio <p>A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, quando aplicável, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.</p> <p>O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado como redução da despesa corrente com imposto de renda e contribuição social.</p>																																																							
2.10 Imobilizado <p>Terenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Tal custo inclui todos os gastos necessários à formação do ativo imobilizado, o qual pode conter eventuais encargos de natureza financeira necessários para viabilizar a aquisição dos ativos.</p> <p>Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.</p> <p>A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:</p>	2.20 Consórcio Alumar ("Alumar") <p>Conforme Nota 13, a Companhia é membro do Consórcio Alumar do qual detém uma participação proporcional em determinados ativos e passivos, bem como na produção de alumina e alumínio. Portanto, a contabilização das participações de Companhia no consórcio incorpora as contas de ativo, passivo e resultado, proporcionalmente à respectiva participação detida no empreendimento e os respectivos custos de aquisição, conforme estipulados nos contratos.</p>																																																							
<table border="1"><thead><tr><th>Anos</th></tr></thead><tbody><tr><td>3 a 68</td></tr><tr><td>2 a 40</td></tr><tr><td>2 a 40</td></tr><tr><td>4 a 40</td></tr></tbody></table>	Anos	3 a 68	2 a 40	2 a 40	4 a 40	3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos <p>As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.</p> <p>Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) provisões para contingências e avaliação de processos tributários;(b) imposto de renda e contribuição social diferidos ativos;(c) impacto de <i>impairment</i> nos investimentos, no ativo imobilizado e nos tributos a recuperar;(d) provisão para restauração e reabilitação ambiental;(e) revisão de vida útil do ativo imobilizado;(f) UBP - Utilização do bem público;(g) ajuste ao valor recuperável (<i>Impairment</i>) do ICMS.																																																		
Anos																																																								
3 a 68																																																								
2 a 40																																																								
2 a 40																																																								
4 a 40																																																								
2.11 Impairment de ativos não financeiros <p>Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o <i>ágio</i>, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de <i>impairment</i>. Os ativos de vida útil definida são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do <i>impairment</i>, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGC")). Os ativos não financeiros, exceto o <i>ágio</i>, que tenham sofrido <i>impairment</i>, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do <i>impairment</i> na data do balanço.</p>	4.1 Fatores de risco financeiro <p>As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e valor presente, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.</p> <p>A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria do Grupo, segundo as políticas aprovadas pela matriz (Alcoa Corporation). A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.</p>																																																							
2.12 Contas a pagar aos fornecedores <p>As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.</p> <p>Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.</p>	(a) Risco de mercado <p>(i) Risco cambial<p>O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos.</p><p>Considerando os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, reconhecidos em 31 de dezembro de 2022, uma eventual desvalorização do real em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, resultaria no reconhecimento de um prejuízo na controladora de aproximadamente R\$ 2.081 para cada 10 pontos percentuais (em 2021 o impacto seria positivo em R\$ 32.514), dado que na data da presente demonstração financeira, existe uma exposição passiva superior aos ativos denominados em dólar. No consolidado, resultaria em uma receita de aproximadamente R\$ 12.116 para cada 10 pontos percentuais (em 2021 o impacto seria positivo em R\$ 73.221), dado que na data da presente demonstração financeira, existe uma exposição ativa superior aos passivos denominados em dólar. Salientando que os preços de venda de parte das mercadorias e produtos comercializados pela entidade de alto atrelados à cotação da alumina (API - <i>Alumina Price Index</i>) e do alumínio primário (LME - <i>London Metal Exchange</i>), ambos denominados em dólares dos Estados Unidos, uma eventual valorização da moeda americana resultaria em um incremento das receitas da Companhia em moeda local, impactando positivamente seu resultado.</p></p>																																																							
2.13 Provisões <p>As provisões para restauração e reabilitação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (<i>constructive obligation</i>) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.</p> <p>Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.</p> <p>As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.</p>	(ii) Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros <p>O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e de longo prazo, quando aplicável. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco da taxa de juros no fluxo de caixa. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, quando aplicável. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usado o mesmo percentual de mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos e ativos que representam as principais posições com juros. No exercício de 2022 não houve a contratação de novos empréstimos emitidos a taxas variáveis.</p>																																																							
2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido <p>As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido.</p> <p>Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.</p> <p>O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.</p> <p>O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.</p> <p>O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente com probabilidade de que haverá lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.</p> <p>O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exigível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributárias, desde que haja intenção de liquidação em saldos numa base líquida.</p> <p>A Companhia e sua controlada AWA Brasil, gozam de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos nas unidades do Maranhão e, especificamente no que diz respeito à AWA Brasil, também na unidade de Juruti, os quais são condicionados à constituição de reserva de incentivo fiscal por montante equivalente. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e consistem na redução do imposto de renda sobre resultados auferidos nas unidades individualmente, até o ano-base de 2027 e, no caso da mina de bauxita de Juruti ativa integrante da AWA Brasil, até 2026. Em 2018, a Empresa obteve a extensão do prazo de usufruir do incentivo fiscal da unidade produtora de alumina no Maranhão, de 2022 para 2027, em decorrência de investimentos realizados em projetos de expansão na fábrica.</p>	(b) Risco de crédito <p>O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.</p> <p>A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites predefinidos. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.</p> <p>O perfil de recebíveis do período de 2022 é composto, referente à venda para o mercado doméstico, de 74% para a Controladora e 48% para o Consolidado e, para o mercado externo, de 26% para a Controladora e 52% para o Consolidado.</p> <p>Considera-se baixo o risco da carteira de recebíveis de operações de exportação devido ao volume de vendas intercompany, que representa 78% das vendas para o mercado externo na Controladora e 94% no Consolidado.</p> <p>Em relação ao mercado interno, a maioria das operações são referentes a venda para terceiros, representando 95% do total para a Controladora e 84% do total para o Consolidado. Aproximadamente 60% destas vendas na Controladora e 50% no Consolidado são referentes à comercialização de metal, e 10% na Controladora e 8% no Consolidado relativos à comercialização de energia no país (transações realizadas com empresas devidamente registradas na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - que regula, monitora e fiscaliza a comercialização de energia no país). Todos os clientes terceiros são devidamente avaliados/monitorados pela área de crédito a fim de garantir a qualidade do contas a receber, evitando possíveis provisões para devedores duvidosos.</p>																																																							
2.15 Benefícios a empregados <p>(a) Obrigações de aposentadoria</p> <p>A Companhia participa em plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, e realiza os pagamentos de contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.</p> <p>Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade terceira e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.</p> <p>O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor líquido do benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros consistentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.</p> <p>Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.</p>	(c) Instrumentos financeiros por categoria <p>(a) Controladora</p>																																																							
(b) Outras obrigações pós-emprego <p>Algumas empresas do Grupo oferecem benefícios de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados e registradas contabilmente se relevantes.</p>	<table border="1"><thead><tr><th></th><th colspan="2">2022</th><th colspan="2">2021</th></tr><tr><th>Ativos</th><th>Ativos ao custo amortizado</th><th>Ativos mensurados ao Valor Justo</th><th>Ativos ao custo amortizado</th><th>Ativos mensurados ao Valor Justo</th></tr></thead><tbody><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>57.657</td><td>–</td><td>693.986</td><td>–</td></tr><tr><td>Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados</td><td>502.601</td><td>–</td><td>567.450</td><td>–</td></tr><tr><td>Instrumentos Financeiros (Nível 1)</td><td>–</td><td>110.516</td><td>–</td><td>–</td></tr><tr><td></td><td>560.258</td><td>110.516</td><td>1.261.436</td><td>–</td></tr><tr><th></th><th colspan="2">2022</th><th colspan="2">2021</th></tr><tr><th>Passivos</th><th>Passivos mensurados ao custo amortizado</th><th>Passivos mensurados ao Valor Justo</th><th>Passivos mensurados ao custo amortizado</th><th>Passivos mensurados ao Valor Justo</th></tr><tr><td>Instrumentos Financeiros (Nível 1)</td><td>–</td><td>65</td><td>–</td><td>44.943</td></tr><tr><td>Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais</td><td>1.894.211</td><td>–</td><td>877.418</td><td>–</td></tr><tr><td></td><td>1.894.211</td><td>65</td><td>877.418</td><td>44.943</td></tr></tbody></table>		2022		2021		Ativos	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao Valor Justo	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao Valor Justo	Caixa e equivalentes de caixa	57.657	–	693.986	–	Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	502.601	–	567.450	–	Instrumentos Financeiros (Nível 1)	–	110.516	–	–		560.258	110.516	1.261.436	–		2022		2021		Passivos	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao Valor Justo	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao Valor Justo	Instrumentos Financeiros (Nível 1)	–	65	–	44.943	Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	1.894.211	–	877.418	–		1.894.211	65	877.418	44.943
	2022		2021																																																					
Ativos	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao Valor Justo	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao Valor Justo																																																				
Caixa e equivalentes de caixa	57.657	–	693.986	–																																																				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	502.601	–	567.450	–																																																				
Instrumentos Financeiros (Nível 1)	–	110.516	–	–																																																				
	560.258	110.516	1.261.436	–																																																				
	2022		2021																																																					
Passivos	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao Valor Justo	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao Valor Justo																																																				
Instrumentos Financeiros (Nível 1)	–	65	–	44.943																																																				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	1.894.211	–	877.418	–																																																				
	1.894.211	65	877.418	44.943																																																				
(c) Prêmio de opção de ações <p>A controladora da Companhia, Alcoa Corporation, outorgou opções de compra de suas ações de emissão própria a parte dos empregados, diretores e executivos da Companhia, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência.</p> <p>O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas e o custo do benefício definido é reconhecido como resultado de uma oferta feita por contrapartida a Companhia. A reserva de capital prêmio de opção de ações na data do balanço, a Companhia avalia suas estimativas da quantidade de opções que, provavelmente, serão adquiridas com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, caso ocorra, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital, prospectivamente.</p> <p>Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.</p>	(b) Consolidado																																																							
2.16 Capital social <p>As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.</p>	<table border="1"><thead><tr><th></th><th colspan="2">2022</th><th colspan="2">2021</th></tr><tr><th>Ativos</th><th>Ativos ao custo amortizado</th><th>Ativos mensurados ao Valor Justo</th><th>Ativos ao custo amortizado</th><th>Ativos mensurados ao Valor Justo</th></tr></thead><tbody><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>213.342</td><td>–</td><td>773.168</td><td>–</td></tr><tr><td>Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados</td><td>733.250</td><td>–</td><td>513.402</td><td>–</td></tr><tr><td>Instrumentos Financeiros (Nível 1)</td><td>–</td><td>110.516</td><td>–</td><td>–</td></tr><tr><td></td><td>946.592</td><td>110.516</td><td>1.286.570</td><td>–</td></tr><tr><th></th><th colspan="2">2022</th><th colspan="2">2021</th></tr><tr><th>Passivos</th><th>Passivos mensurados ao custo amortizado</th><th>Passivos mensurados ao Valor Justo</th><th>Passivos mensurados ao custo amortizado</th><th>Passivos mensurados ao Valor Justo</th></tr><tr><td>Instrumentos Financeiros (Nível 1)</td><td>–</td><td>65</td><td>–</td><td>44.943</td></tr><tr><td>Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais</td><td>2.715.559</td><td>–</td><td>877.332</td><td>–</td></tr><tr><td></td><td>2.715.559</td><td>65</td><td>877.332</td><td>44.943</td></tr></tbody></table>		2022		2021		Ativos	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao Valor Justo	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao Valor Justo	Caixa e equivalentes de caixa	213.342	–	773.168	–	Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	733.250	–	513.402	–	Instrumentos Financeiros (Nível 1)	–	110.516	–	–		946.592	110.516	1.286.570	–		2022		2021		Passivos	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao Valor Justo	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao Valor Justo	Instrumentos Financeiros (Nível 1)	–	65	–	44.943	Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.715.559	–	877.332	–		2.715.559	65	877.332	44.943
	2022		2021																																																					
Ativos	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao Valor Justo	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao Valor Justo																																																				
Caixa e equivalentes de caixa	213.342	–	773.168	–																																																				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	733.250	–	513.402	–																																																				
Instrumentos Financeiros (Nível 1)	–	110.516	–	–																																																				
	946.592	110.516	1.286.570	–																																																				
	2022		2021																																																					
Passivos	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao Valor Justo	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao Valor Justo																																																				
Instrumentos Financeiros (Nível 1)	–	65	–	44.943																																																				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.715.559	–	877.332	–																																																				
	2.715.559	65	877.332	44.943																																																				
2.17 Reconhecimento da receita <p>A receita proveniente da venda da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.</p>																																																								

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01																
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																
10 Outros ativos																
	Controladora		Consolidado													
	2022	2021	2022	2021												
Adiantamento a fornecedores	3.711	1.099	6.333	1.099												
Adiantamento a funcionários	572	396	1.267	411												
Despesas antecipadas	14.923	6.381	51.837	10.514												
Custos diferidos a amortizar (abertura de minas/platô)	-	-	175.085	1.847												
Contrato CCCC (Petrobrás) (i)	754	-	47.327	12.404												
Outros ativos a receber	3.718	13.868	16.471	1.463												
Circulante	23.678	21.744	298.320	27.738												
Circulante	23.096	20.672	115.504	24.820												
Não Circulante	582	1.072	182.816	2.918												
23.678	21.744	298.320	27.738													
(i) A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) é o encargo do setor elétrico brasileiro, cobrado nas "tarifas de distribuição" e nas "tarifas de uso" dos sistemas elétricos de distribuição e transmissão - TUSD e TUST, que é pago por todas as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica e pelas concessionárias de transmissão de energia elétrica para cobrir os custos anuais da geração termelétrica eventualmente produzida no país, principalmente na região norte do Brasil (onde está localizada a planta de Juruti), em áreas que ainda não estão integradas ao Sistema Interligado Nacional, chamadas de "sistemas isolados", e cujo montante anual é fixado pela ANEEL para cada empresa em função do seu mercado, e também da maior ou menor necessidade do uso das usinas termelétricas.																
A energia elétrica gerada por usinas termelétricas é, aproximadamente, de três a quatro vezes mais cara do que aquela gerada por usinas hidrelétricas e os habitantes da região norte do Brasil não têm acesso a esta energia mais barata. Assim, a CCC foi criada pelo art. 13, inciso III da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, tendo como objetivo subsidiar a energia elétrica gerada nos "sistemas isolados" para que o consumidor possa ter uma tarifa de energia elétrica semelhante a dos consumidores servidos por geração hidráulica.																
11 Investimentos em controladas e coligadas																
(a) Investimentos em sociedades controladas																
	Controladora															
	2022	2021														
Em 1º de janeiro	1.057.027	1.120.554														
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas	152.822	265.004														
Integralização de capital (Grupiara)	352.201	-														
Redução de capital em controlada	(109.185)	(220.000)														
Amortização de juros capitalizados	(20.454)	(9.710)														
Dividendos declarados e revertidos	53.885	-														
Dividendos declarados/antecipados de controladas	(6.919)	(98.821)														
Participação AWA Brasil	2.811.571	-														
Em 31 de dezembro	4.290.948	1.057.027														
Nome	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)												
31 de dezembro de 2022																
Companhia Geral de Minas (CGM)	27.050	(8.685)	20.544	6.161												
Estreito Energia S.A.	1.070.271	(149.277)	74.447	(21.835)												
Novo Horizonte Empreendimentos Imobiliários Ltda.	4.392	(65)	-	190												
Grupiara Participações S/A.	346.408	5.332	20.163	(5.794)												
AWA Brasil	3.349.481	(615.590)	1.494.412	174.100												
31 de dezembro de 2021																
Companhia Geral de Minas (CGM)	27.711	(13.899)	16.092	(2.438)												
Estreito Energia S.A.	1.136.000	(247.057)	342.324	267.376												
Novo Horizonte Empreendimentos Imobiliários Ltda.	4.241	(57)	-	66												
31 de dezembro de 2022																
Nome	País	Negócio	Participações nas ações - %													
			Direta	Indireta												
Companhia Geral de Minas (CGM)	Brasil	Mineração	99,99	-												
Estreito Energia S.A.	Brasil	Energia	99,99	0,0001												
Novo Horizonte Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	Imobiliário	95,97	4,0260												
Grupiara Participações S/A.	Brasil	Participações	100	-												
AWA Brasil	Brasil	Mineração	45,7	5,318												
A seguir a participação do Grupo nos resultados das coligadas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos e passivos:																
	Controladora e Consolidado															
	2022	2021														
Em 1º de janeiro	3.297.780	3.200.718														
Redução de capital em coligada	-	(155.425)														
Participação nos lucros de coligadas	6.859	326.732														
Amortização de juros capitalizados	(2.115)	(14.522)														
Dividendos declarados de coligadas	(45.595)	(59.723)														
Recebimento pela alienação da MRN (i)	(23.620)	-														
Perda na alienação da MRN (i)	(80.459)	-														
Participação AWA Brasil	(2.811.571)	-														
Em 31 de dezembro	341.279	3.297.780														
(i) Em 15 de fevereiro de 2022, após decisão de sua controladora Alcoa Corp. a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade de sua participação societária na entidade Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN") para a South32 Minerals S.A. Este contrato de venda também abarcou todas as subsidiárias da Alcoa Corp. com participação na MRN, a qual inclui a Companhia. O valor total da venda global (consolidado considerando todas as subsidiárias) de acordo com o contrato celebrado foi de USD 40 milhões (quarenta milhões de dólares):																
• USD 10 milhões (dez milhões de dólares) a serem pagos na data de conclusão efetiva da operação;																
• USD 30 milhões (trinta milhões de dólares) vinculados à concretização de certas condições contratuais, que se forem satisfeitas serão pagas futuramente (com prazo até 2026).																
Em 22 de fevereiro, o respectivo contrato foi enviado para revisão e aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Em 02 de março, o referido órgão publicou o Edital 115, dando publicidade a tal transação. Em 18 de março o mencionado órgão publicou a aprovação e autorização para prosseguimento da operação.																
Em 29 de abril, a South32 efetivou os pagamentos relativos à aquisição da participação da MRN. A entidade (Alcoa Alumínio S.A.) recebeu o valor de R\$ 23.620 referente a sua antiga participação (de 8,58%).																
Diante deste cenário, dadas as incertezas futuras de realização ou não das condições estabelecidas em contrato para o gatilho do pagamento do valor dos USD 30 milhões (trinta milhões de dólares, ora mencionado), a Administração da Companhia decidiu por registrar o ajuste a valor recuperável (<i>Impairment</i>) sobre os valores de investimentos registrados em seu ativo no valor de R\$ 80.459 (registrado em 30 de junho de 2022).																
A seguir a participação do Grupo nos resultados das coligadas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:																
	Lucro		Percentual de participação													
Nome	País	Ativo	Passivo	Receita (prejuízo)	(direta e indireta)											
2022																
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	Brasil	494.858	(270.319)	136.267	(3.069)	42,18%										
SEFAC - Serra do Fação Energia S.A. (i)	Brasil	874.448	794.887	146.843	3.153	34,97%										
2021																
AWA Brasil (i)	Brasil	3.070.813	(398.958)	1.422.149	266.770	45,70%										
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	Brasil	545.695	(272.494)	187.142	76.392	42,18%										
MRN - Mineração Rio do Norte S.A.	Brasil	323.861	(246.614)	133.384	(541)	8,58%										
SEFAC - Serra do Fação Energia S.A. (i)	Brasil	850.604	849.148	134.475	(15.889)	34,97%										
(i) Estão reconhecidos em 2022 Juros capitalizados no montante de R\$ 236.596 (2021 - R\$ 251.271) sendo R\$ 199.417 (2021 - R\$ 211.978) na AWA Brasil e R\$ 37.179 (2021 - R\$ 39.293) na Serra do Fação Energia S.A.																
(c) Projeto mina de Juruti e expansão da linha 2 da refinaria Alumar																
A AWA Brasil foi constituída com o objetivo de coordenar as atividades relacionadas aos projetos de expansão de bauxita e refinaria do Grupo Alcoa no Brasil.																
A concepção inicial do Projeto Integrado e a sua respectiva aprovação pelo Conselho de Administração da Alcoa Inc., até então, contemplou três fases distintas, sendo que a primeira fase do projeto iniciou as suas operações em 2009. Em 2011 a Alumar atingiu sua capacidade produtiva total.																
A bauxita utilizada como matéria-prima na linha de produção da refinaria é proveniente das minas de bauxita de Juruti. O investimento nas minas de Juruti na primeira fase do projeto é suficiente para fornecer a bauxita necessária para a expansão da refinaria da Alumar. O investimento em Juruti foi uma iniciativa estratégica para permitir que o Grupo Alcoa equilibre mundialmente sua oferta atual e projetada de bauxita. O investimento inicial contemplou, entre outros, a construção da infraestrutura em porto e ferrovia.																
Em 31 de dezembro de 2022, a AWA Brasil apresentou lucro acumulado de R\$ 842.906 (em 2021 lucro de R\$ 482.010). A administração, de acordo com estimativas e projeções contidas nos planos de negócios da Empresa, acredita que as receitas advindas de operações futuras serão suficientes para atender aos compromissos financeiros de curto prazo, assegurar a realização dos seus ativos não circulantes, assim como os prejuízos absorvidos até 31 de dezembro de 2022.																
Os investimentos são subsidiados pelos quotistas, que coordenam financeiramente os planos de expansão ocorridos no Brasil. Nesse contexto, a AWA Brasil contará com o apoio de seus quotistas caso exista a necessidade de suporte financeiro adicional para cumprir com obrigações de curto ou longo prazo.																
(d) Projetos hidrelétricos																
A Companhia participou de licitações de concessões para exploração do potencial hidrelétrico existente no país em anos anteriores a fim de aumentar sua autossuficiência de energia e fornecer suprimento assegurado no longo prazo. Juntamente com outras empresas, formou consórcios e sociedades para a construção de hidrelétricas, como segue:																
(i) Projetos hidrelétricos concluídos.																
	Consórcio		Não auditado													
	BAESA	Machadinho	SEFAC	Consórcio Estreito												
Capacidade total em MW	690	1.140	212	1.087												
Investimento total incorrido	1.442.604	1.177.751	1.006.000	4.570.298												
Participação da Companhia - %	42,18	30,99	34,97	25,49												
Início da construção	2001	1998	2007	2007												
Término da construção	2005	2002	2010	2012												
BAESA e SEFAC são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Sendo a participação nos Consórcios Estreito (CESTE) e Machadinho consolidados proporcionalmente.																
Todas as licenças ambientais da BAESA, SEFAC, Machadinho e Estreito Energia S.A. (CESTE) foram obtidas.																
(ii) Contratos de concessão onerosa (Uso do Bem Público).																
Os contratos de concessão dos empreendimentos BAESA e SEFAC, nos quais a Alcoa possui participação direta, bem como do Consórcio Estreito Energia (CESTE), no qual a entidade participa indiretamente por meio de sua controlada Estreito Energia S.A. (EESA), possuem por objeto o aproveitamento do potencial hídrico para geração de energia elétrica e em contrapartida obrigam o concessionário ao pagamento do encargo denominado Uso do Bem Público (UBP).																
A administração com base no novo manual de contabilidade do setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, alterou o procedimento adotado em relação à contabilização da UBP, de forma prospectiva, registrando assim, a concessão onerosa do uso do bem público como ativo intangível, (vide nota 15).																
Na avaliação da administração, a referida mudança afeta exercícios subsequentes, na medida em que o valor do ativo intangível será amortizado, bem como a obrigação será atualizada pelo período remanescente do contrato de concessão.																
Nos termos do contrato de concessão, o valor do passivo será atualizado anualmente por índice de inflação, que neste caso consiste numa ponderação entre IGP-M e IPCA.																
(iii) Depreciação																
Os ativos imobilizados de SEFAC, Estreito, BAESA e MAESA utilizam as taxas de depreciação do ativo fixo em consonância com as regras específicas determinadas pela Resolução Normativa ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) nº 474/2012.																
A administração da Companhia entende ser apropriada a utilização das taxas de depreciação fixadas pela ANEEL, limitadas ao prazo do contrato de concessão. Portanto, em 2014 foram realizadas revisões das taxas de depreciação praticadas (mudança de estimativa contábil). Eventuais alterações nos aspectos regulatórios ou outros quesitos que futuramente venham a afetar essa estimativa serão acompanhadas nos seus efeitos, caso existentes, serão oportunamente analisados e refletidos nas demonstrações financeiras. Em atenção ao Comunicado Técnico IBRACON nº 02/09, de 20 de fevereiro de 2009, a administração das investidas solicitou a seus assessores jurídicos parecer sobre a previsão de indenização do valor residual do ativo imobilizado referente ao "Projeto Básico", no término da concessão. A conclusão do parecer é no sentido que são indenizáveis todos os bens reversíveis de titularidade da Companhia, que se encontrarem nessa situação ao final da concessão.																
Visando dirimir qualquer dúvida quanto a esta questão, em 28 de maio de 2009 foi enviada carta à ANEEL, solicitando a posição oficial do órgão regulador. Em 5 de maio de 2010, a ANEEL respondeu ao questionamento, informando que os investimentos vinculados ao Projeto Básico não são passíveis de indenização ainda que não totalmente depreciados, devendo ser indenizados somente os investimentos ainda não depreciados realizados posteriormente, a fim de garantir a continuidade e qualidade do serviço. A administração entende que é correto utilizar as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL, tendo em vista a aplicabilidade do § 2º do artigo 4º da Lei nº 9.074/1995, com a redação da Lei nº 10.848/2004, por considerar a prorrogação da concessão como um evento provável e, no advento da prorrogação, os investimentos vinculados ao Projeto Básico terão mais 20 anos para serem depreciados.																
12 Combinação de negócios sob controle comum:																
Em novembro de 2022, a Alcoa Alumínio S.A. ("Alcoa") adquiriu 100% do capital social da Grupiara Participações S.A. ("Grupiara") por R\$ 353.608, empresa do grupo Alcoa, que detém 5,318% de participação na AWA Brasil. Como resultado da aquisição, espera-se que o Grupo reduza a complexidade na consolidação e participações entre empresas.																
A tabela a seguir resume a contrapartida paga para as empresas Reynolds Metals Company LLC ("RMC") e Reynolds Metals Exploration, Inc. ("RME") e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos, quando houver, reconhecidos na data da aquisição, avaliados à valor de livros contábeis. Como consequência à aquisição da Grupiara, a Companhia obteve o controle sobre a investida AWA Brasil, com participação de 51,02% e passou a consolidar seus saldos, conforme CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. Uma vez que a aquisição da Grupiara Participações, que resultou na consolidação da investida AWA Brasil, foi realizada em valor de livros, não foi necessário elaborar um Laudo de Alocação do Preço de Compra.																
	Controladora		Consolidado													
	2022	2021	2022	2021												
Nacional	481.817	415.646	917.387	422.172												
Exterior	152.151	94.314	369.666	100.482												
Ajuste a valor presente	(5.640)	(2.932)	(12.345)	(2.932)												
628.328	507.028	1.274.708	519.722													
O saldo a pagar a terceiros, registrado no grupo de fornecedores, refere-se primordialmente aos valores devidos pela Companhia pela aquisição de matérias-primas e serviços recebidos relacionados ao processo produtivo principalmente pelas fábricas de alumina e alumínio.																
13 Consórcio																
Alumar																
A Companhia e sua controlada AWA Brasil são membros do Consórcio Alumar, do qual detém participação proporcional em determinados ativos e passivos, bem como na produção de alumina e alumínio proveniente do Consórcio Alumar.																
Em 2022 e 2021 as participações da Companhia no Consórcio Alumar foram de 14,04% na refinaria, processo por meio do qual a bauxita é transformada em alumina (matéria prima do alumínio) e de 60% na redução, processo por meio do qual a alumina é transformada em alumínio.																
A AWA Brasil é membro do Consórcio Alumar, do qual detém uma participação proporcional em determinados ativos e passivos, bem como na produção de alumina. Em 2022 e 2021, as participações no Consórcio Alumar são de 39,96% na refinaria em atividade e 54% no projeto de expansão (concluído em 2012).																
O valor líquido dos ativos e passivos do Consórcio Alumar, consolidado proporcionalmente à participação da Companhia e sua controlada AWA Brasil, estão apresentados abaixo:																
	Participação		Ativo		Passivo											
	Quotas/Ações	%	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Capital Social	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo)						
Investidas	484.017.841	45,7%	1.449.115	5.270.369	723.772	872.992	4.840.178	5.846.512	3.111.923	583.743						
Grupiara	13.167	0%	20.800	336.268	8.220	-	232.649	348.848	30.975	31.690						
484.031.008	1.469.915	5.606.657	731.992	5.607.992	5.072.827	6.195.360	3.142.898	6.154.433	3.142.898	615.433						
Posição em 31/12/2022:																
	Participação		Ativo		Passivo											
	Quotas/Ações	%	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Capital Social	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo)						
Investidas	460.126.204	45,7%	1.273.814	6.055.464	953.698	1.347.022	4.601.262	5.982.256	3.270.048	380.964						
Grupiara	13.167	100%	2.872	343.536	5.332	-	232.649	341.076	20.163	21.327						
460.139.371	1.276.686	6.399.000	959.030	6.399.000	1.347.022	4.833.911	6.323.332	3.290.211	402.291							
14 Imobilizado																
	Terrenos e Jazidas		Edificações e benfeitorias		Equipamentos e instalações		Móveis e utensílios		Desmobilização de ativos		Total em operação		Obras em andamento (i)		Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro 2020	21.849	-	330.094	-	231.561	29.719	5.420	27.848	646.499	109.432	755.921	-	-	-	-	-
Aquisição	-	7.341	-	-	3.032	123	40	2.455	12.991	235.254	248.245	-	-	-	-	-
Alienação	(424)	(14.341)	(21.618)	(92)	(1.949)	-	-	-	(38.424)	-	(38.424)	-	-	-	-	-
Provisão <i>Impairment</i> (realização parcial) (iii)	-	5.920	20.301	-	-	-	-	-	26.221	3.452	29.673	-	-	-	-	-
Depreciação	(67)	(90.083)	(32.453)	(4.081)	(1.361)	(23.179)	(151.224)	(23.179)	(11.660)	(110.660)	(340)	(3.343)	-	-	-	-
Transferências	2.347	63.387	7.625	2.781	1.698	32.822	110.660	(3.003)	(3.003)	(340)	(3.343)	-	-	-	-	-
Reclassificação impostos a compensar	-	(2.485)	(338)	(180)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	23.705	299.833	208.110	28.270	3.848	39.944	603.710	237.138	237.138	840.848	840.848	-	-	-	-	-
Custo Total	23.854	1.356.974	1.472.221	172.631	24.683	187.810	3.238.173	237.138	3.238.173	237.138	3.238.173	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	(149)	(1.057.140)	(1.264.112)	(144.361)	(20.835)	(147.866)	(2.634.463)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Residual	23.705	299.833	208.110	2												

★ continuação

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Alcoa Alumínio S.A. - Opinião com ressalva**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Alcoa Alumínio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Alcoa Alumínio S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos e pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alcoa Alumínio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Limitação de escopo - Ausência de análise do valor recuperável de ativo imobilizado pelo valor justo líquido das despesas de venda**: Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude de investimentos necessários por novos requerimentos ambientais e atuais condições econômicas adversas, a unidade de Poços de Caldas atualmente está operando com prejuízo. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que, na data do balanço, se houver indicação de que o ativo imobilizado esteja registrado por um valor superior ao seu valor recuperável (*impairment*), a administração da Companhia deverá considerar o maior montante entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu valor em uso, para se determinar uma possível perda por *impairment*. Devido à ausência da análise do valor justo líquido das despesas de venda, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir, ou não, provisão para perdas por desvalorização sobre os referidos ativos que, em 31 de dezembro de 2022, totalizam o montante de R\$ 462.207 mil, líquido da depreciação acumulada. **Ajuste não contabilizado - Direito de concessão de uso do bem público registrado fora do período de competência**: Conforme mencionado na Nota 11(d)(ii) às demonstrações financeiras, as investidas SEFAC - Serra do Fação Energia S.A. e Estreito Energia S.A. registraram o valor de obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2015. O registro contábil ora descrito, estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais. De acordo com as orientações do OCPC 05 - Contratos de Concessão e considerando as características dos contratos de concessão das investidas, entendemos se tratar de contratos de concessão onerosa, cujo registro da obrigação do UBP deveria ter sido reconhecido em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2022, os ativos consolidados estão apresentados a maior em R\$ 66.993 mil (R\$ 78.992 mil em 31 de dezembro de 2021), os passivos consolidados estão apresentados a menor em R\$ 1.885 mil (R\$ 4.407 mil em 31 de dezembro de 2021), o ativo individual está apresentado a maior em R\$ 68.059 mil (R\$ 81.552 mil em 31 de dezembro de 2021), o patrimônio líquido individual e consolidado estão apresentados a maior em R\$ 72.630 mil (R\$ 81.552 mil em 31 de dezembro de 2021) e o resultado individual e consolidado do exercício estão apresentados a menor em R\$ 3.752 mil (R\$ 1.908 mil em 31 de dezembro de 2021),

respectivamente, líquido dos efeitos tributários. **Reversão de *impairment* de créditos tributários**: Conforme descrito na Nota 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada Alcoa World Alumina Brasil Ltda. ("AWA Brasil"), em virtude da ausência de expectativa de realização de crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) acumulados na unidade de São Luis no estado do Maranhão, em 2018, registraram provisão para perda ao valor recuperável (*impairment*) da totalidade desses créditos. O relatório de auditoria de 31 de dezembro de 2021 (cifras comparativas), continha ressalva por ausência da revisão de *impairment* sobre o referido imposto a partir do anúncio da retomada da produção de alumínio, e cujo saldo de *impairment* em 31 de dezembro de 2021, correspondia a R\$ 229.450 mil e a R\$ 628.395 mil na controladora e no consolidado, respectivamente. Em junho de 2022, a partir do início das operações, a administração realizou uma análise de recuperabilidade dos referidos impostos e concluiu que a totalidade dos créditos de ICMS provisionados, no valor de R\$ 245.913 mil e de R\$ 649.918 mil na controladora e no consolidado, respectivamente, seriam recuperados no curto prazo na Companhia, e no longo prazo na AWA Brasil, portanto, reverteu as referidas provisões. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ICMS deste estabelecimento, correspondia a R\$ 220.325 mil e a R\$ 639.645 mil na controladora e no consolidado, respectivamente. Todavia, os créditos de ICMS da AWA Brasil não são sujeitos a atualização monetária e deveriam ser remensurados e contabilizados ao valor líquido de realização, tendo como referência a perda do valor do dinheiro no tempo e prazos de utilização. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2022, os ativos e o patrimônio líquido individuais estão apresentados a maior em R\$ 76.670 mil (a menor em R\$ 202.513 mil em 31 de dezembro de 2021), os ativos e o patrimônio líquido consolidados estão apresentados a maior em R\$ 150.279 mil (a menor em R\$ 202.513 mil em 31 de dezembro de 2021), e os resultados individual e consolidado do exercício findo nessa data, estão apresentados a maior em R\$ 285.126 mil (a menor em R\$ 202.513 mil em 31 de dezembro de 2021 no individual e no consolidado), líquidos dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exerceremos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Mairkon Strangueti Nogueira
Contador - CRC 1SP255830/O-3

MANTIQUEIRA EDICAO DIGITAL 31 03 23 - ALCOA ALUMINIO S A pdf

Código do documento e55fcc96-08af-4812-a172-b62d63466fce



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101
Certificado Digital
anuncio@mantiqueira.inf.br
Assinou

Eventos do documento

31 Mar 2023, 07:25:54

Documento e55fcc96-08af-4812-a172-b62d63466fce **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2023-03-31T07:25:54-03:00

31 Mar 2023, 07:26:33

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2023-03-31T07:26:33-03:00

31 Mar 2023, 07:26:51

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 187.87.124.52 (187.87.124.52 porta: 61066). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2023-03-31T07:26:51-03:00

Hash do documento original

(SHA256):96824f999ab613e0c2c0479f55a3f152318a33bef14c7775d81c05767d629514

(SHA512):33df8778ff2d93cbce84eec7e08ed19cb521ba2ad6b8000b56d044ea234ad83958b7874d422fec6854e9f3de8c5b387ab331cd5c2dfabb6e0668ab2c888bafef6

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign